



NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA PARATY

ESPECIFICAÇÃO Nº 2025.1016.00171-7

Contratação de Pessoa Jurídica para Execução da Obra de Construção do Centro Cultural da Aldeia Itaxim Mirim no Município de Paraty-RJ.

Área de Proteção Ambiental de Cairuçu

Paraty - Rio de Janeiro

Outubro de 2025



1. INTRODUÇÃO

A Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, criada pelo Decreto nº 89.242/1983, com 33 mil hectares no continente e 63 ilhas situadas no município de Paraty/RJ, tem por objetivo “assegurar a proteção do ambiente natural, que abriga espécies raras e ameaçadas de extinção, paisagens de grande beleza cênica, sistemas hidrológicos da região e as comunidades caiçaras integradas nesse ecossistema”.

O novo Plano de Manejo da APA Cairuçu, instituído pela Portaria ICMBio nº 533/2018, define quatro altas prioridades de gestão, a saber:

- I. regularização fundiária e reconhecimento dos territórios caiçaras, com apoio à realização do planejamento territorial pelas comunidades;
- II. desenvolvimento comunitário (planejamentos locais, como: regimentos internos, cartas de princípios, acordos de convivência, cadastro de moradores, levantamento das terras familiares, definição de áreas de comuns, prioridades de ação e identificação de potenciais parceiros, para resolução de conflitos e melhorias na qualidade de vida das comunidades);
- III. ordenamento do turismo na APA, com fomento ao turismo de base comunitária;
- IV. gestão das águas, com formação e estímulo à gestão comunitária, das águas e à gestão de conflitos pelo recurso, incluindo articulação de ações e incentivos para saneamento básico na APA.

Estas quatro altas prioridades estão contempladas pelo projeto Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade das Unidades de Conservação Federais Costeiras e Estuarinas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo que foi estruturado no âmbito da Câmara Temática de Comunidades Locais e Povos Tradicionais, que integra o Conselho Gestor da APA Cairuçu. Trata-se de um projeto que visa atender às obrigações de natureza compensatória no âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 13 de setembro de 2013 pela Chevron Brasil com o Ministério Público Federal, atualmente sob responsabilidade da PetroRio Jaguar Petróleo Ltda.

O FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade é a instituição responsável pela gestão dos recursos financeiros do Projeto, adquirindo bens e contratando serviços. As comunidades localizadas no território da APA de Cairuçu vivenciam diferentes realidades, interagindo com diferentes parceiros. O Projeto tem buscado promover o desenvolvimento sustentável do território estimulando atividades sustentáveis e que contribuam com a qualidade de vida das comunidades.



A Aldeia Itaxim, do povo Guarani Mbya, está localizada às margens do Rio Pequeno, no município de Paraty (RJ), dentro da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu. Criada no início dos anos 2000 por meio de um processo de retomada territorial, a comunidade se consolidou como espaço de resistência e fortalecimento da identidade Guarani no litoral sul fluminense. Sua organização territorial segue princípios cosmológicos próprios, em que a Opy (casa de reza) ocupa papel central, orientando a vida comunitária e a relação sagrada com a natureza, compreendida como fundamento do equilíbrio, da palavra e do bem viver.

A aldeia mantém práticas tradicionais de agricultura, artesanato e educação indígena, articulando os saberes ancestrais ao currículo formal por meio da Escola Estadual Indígena Itaxim. Também participa de instâncias de representação e defesa de direitos, como o Fórum de Comunidades Tradicionais, além de parcerias institucionais voltadas à gestão territorial, fortalecimento cultural e conservação ambiental. A presença do povo Guarani Mbya na APA Cairuçu reafirma o papel dos povos originários como guardiões da floresta e protagonistas na construção de um modelo de vida sustentável e enraizado em seus valores culturais.

Este Termo de Referência elenca o conjunto de atividades necessárias à execução do projeto para implantação do Centro Cultural da aldeia Itaxim Mirim, de forma a estruturar a implementação das prioridades ii e iii, supracitadas. A comunidade Guarani M'bya de Itaxim Mirim é uma das três comunidades indígenas localizadas no município dentro da APA Cairuçu. A estruturação desse espaço de cultura e convivência comunitária fortalece a cultura Guarani de Itaxim em diversos aspectos, e propiciará maior visibilidade à comunidade no âmbito da sociedade regional.

2. OBJETIVO GERAL

O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada em engenharia e construção civil para executar a obra do Centro Cultural da Aldeia Itaxim-Mirim, localizado na Terra Indígena Parati-Mirim, no município de Paraty/RJ, área integrante da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu e sob gestão do ICMBio/NGI Paraty

O Centro Cultural foi concebido em diálogo com a comunidade indígena Guarani M'bya de Itaxim-Mirim e visa atender às suas demandas culturais e comunitárias, fortalecendo as práticas tradicionais e proporcionando um espaço adequado para atividades coletivas, eventos, oficinas e uso comunitário. A implantação deste equipamento cultural integra as prioridades de gestão da APA Cairuçu, especialmente



no apoio ao desenvolvimento comunitário e no ordenamento das atividades de uso público

O projeto executivo de arquitetura e complementares (estrutural e elétrica) foi desenvolvido por profissional habilitado contratado previamente pelo ICMBio, e contempla um bloco principal com salão multiuso, arquibancadas em alvenaria, espaço de atividades, acesso em *deck* de madeira e cobertura em estrutura de madeira com telha cerâmica.

3. ESCOPO DO TRABALHO E ATIVIDADES

O Centro Cultural Itaxim-Mirim será implantado na Aldeia Itaxim-Mirim com base no respeito às tradições, identidade e saberes do povo indígena local.

3.1. Aspectos Gerais do Projeto

3.1.1. Localização

- Aldeia Itaxim-Mirim, em Paraty-Mirim – Paraty/RJ.
- Projeto sob responsabilidade do ICMBio – NGI Paraty.
- Responsável técnico: Arq. Manuela Machado | CAU A112392-0

3.1.2. Características Arquitetônicas e Construtivas

- **Área construída:** ~98,78 m² no salão principal + 35,27 m² para espaço de atividades + 15,00 m² de acesso
- **Fundações:** em concreto armado
- **Estrutura:** pilares circulares de concreto e vedações em madeira tipo biriba ou similar; uso de blocos de solo-cimento (tijolos ecológicos) em arquibancadas e alvenarias
- **Cobertura:** tesoura de madeira vencendo vão de 12 m, com telha cerâmica capa/canal, cumeeiras emboçadas e calhas galvanizadas pintadas
- **Pisos:**
 - Concreto polido no salão principal;
 - Área central com camada de 30 cm de areia (drenagem prevista);
 - Deck de madeira na área de acesso

O projeto apresentado pelas Figuras 2, 3 e 4, detalhado no projeto arquitetônico, prevê um centro principal de atividades.

- ❖ **Centro Principal:** salão circular amplo e multifuncional, com cobertura em telhas coloniais.

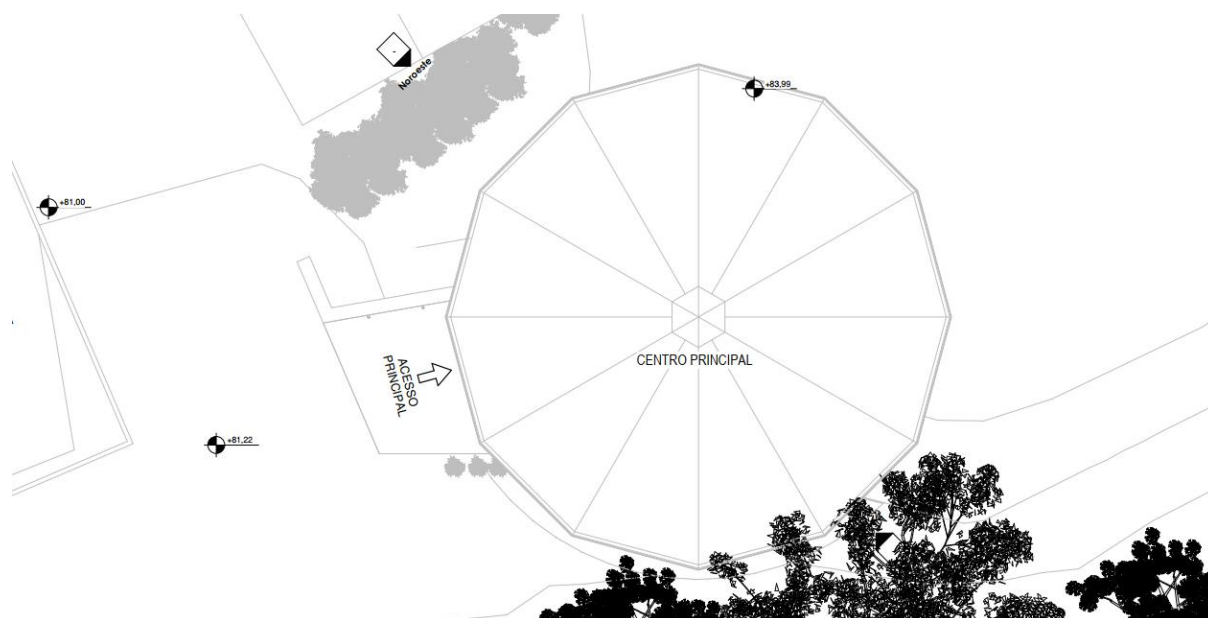
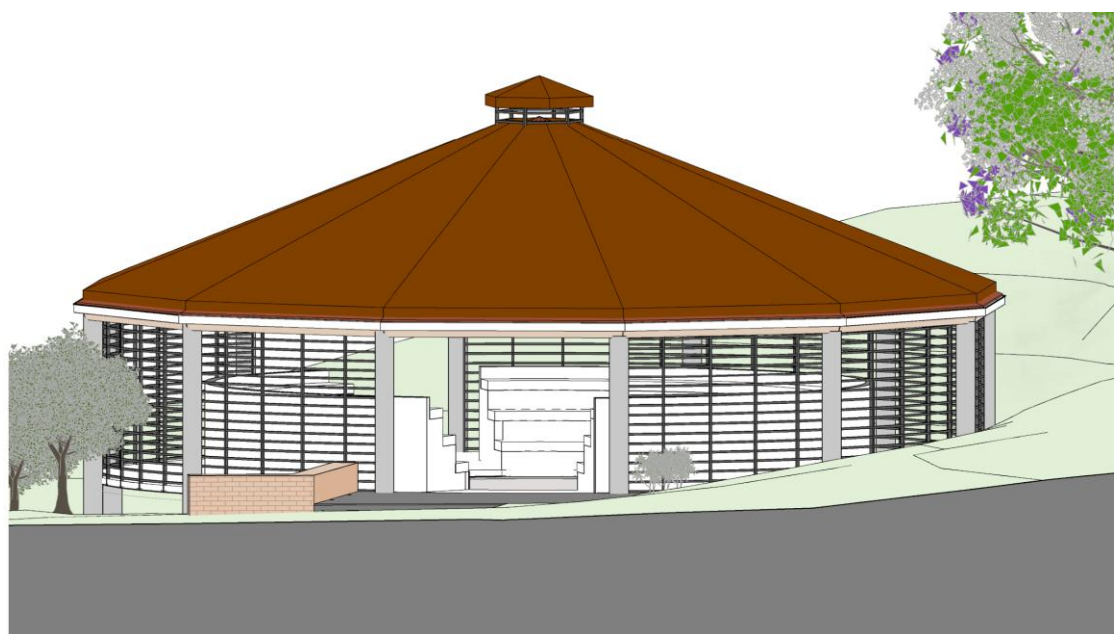


Figura 2- Imagem em planta do Projeto do Centro Cultural Itaxim-Mirim.



PERSPECTIVA ENTRADA
ESC:

Figura 3- Perspectiva humanizada do Projeto do Centro Cultural Itaxim-Mirim.

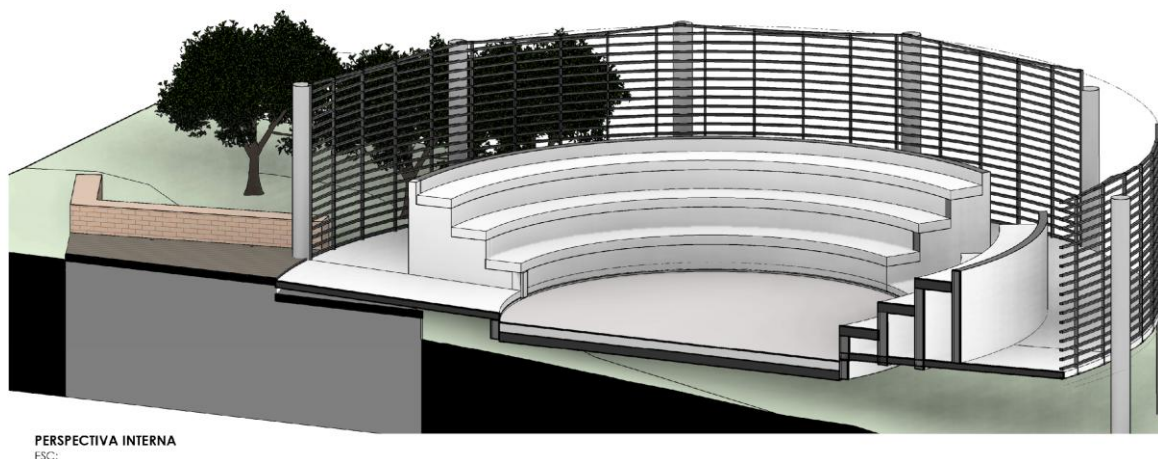


Figura 4- Perspectiva humanizada do interior do Projeto do Centro Cultural Itaxim-Mirim.

3.3. Projetos Complementares

Os projetos complementares foram concebidos para assegurar a plena viabilidade técnica e construtiva do Centro Cultural da Aldeia Itaxim-Mirim, garantindo segurança estrutural, eficiência elétrica e compatibilidade com a realidade local, em consonância com o projeto arquitetônico executivo.

3.3.1. Projeto Estrutural

O projeto estrutural adota fundações em sapatas isoladas de concreto armado, dimensionadas para suportar os esforços transmitidos pelos pilares e vigas principais. Sobre estas, desenvolve-se o sistema de baldrame e lajes maciças, detalhados com armaduras de aço e concreto, garantindo estabilidade e durabilidade (Figura 5).

A cobertura foi projetada em madeira, apoiada em pilares cilíndricos de concreto, possibilitando vencer vãos livres de aproximadamente 12 metros e telhado de cerâmica tradicional. Essa solução assegura um espaço amplo e contínuo, adequado às atividades culturais, além de viabilizar execução simplificada na região e fácil manutenção e durabilidade elevada.

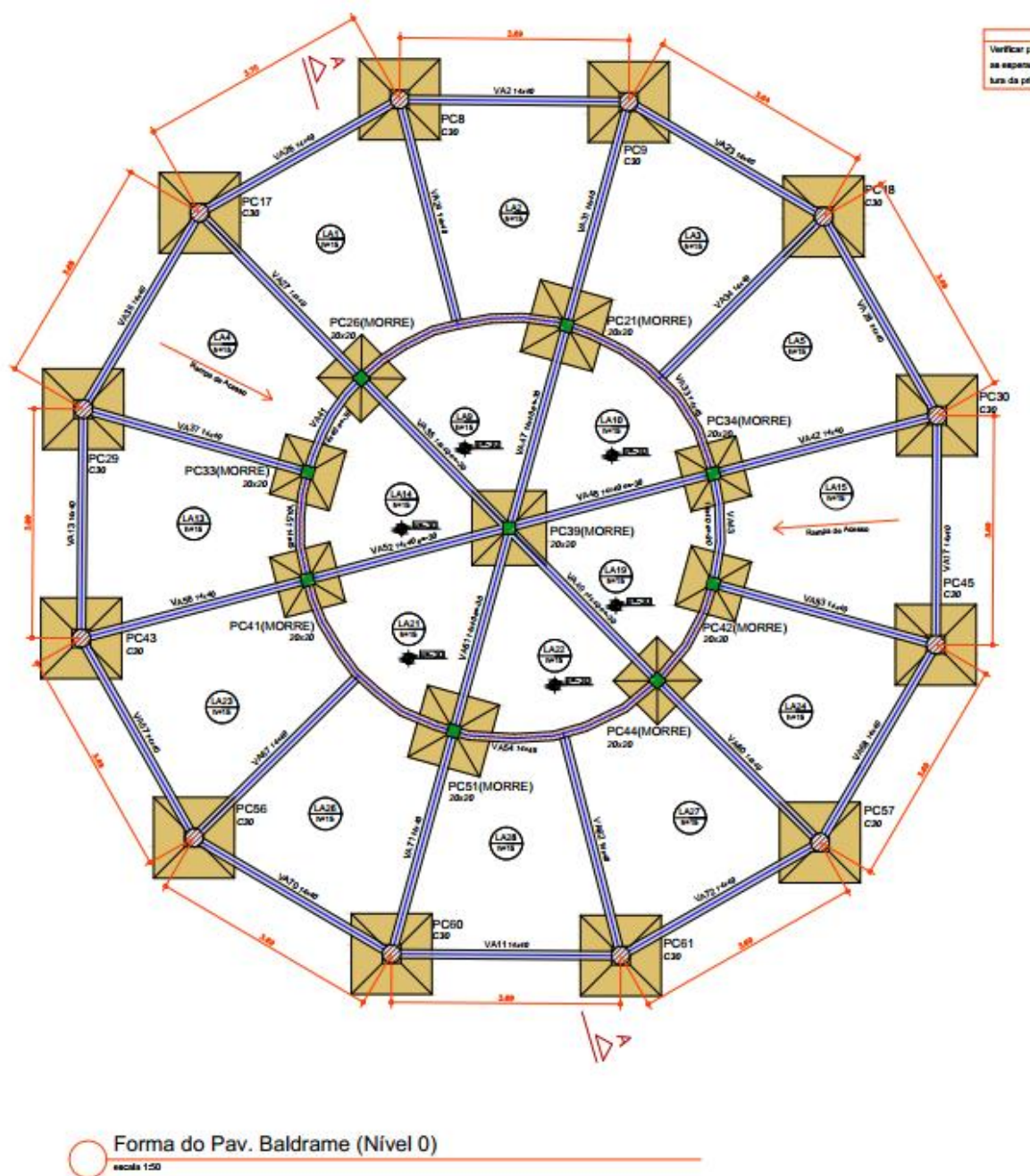


Figura 5- Forma do pavimento baldrame do Projeto do Centro Cultural Itaxim-Mirim.



3.3.2. Projeto de Instalações Elétricas

O projeto elétrico foi concebido de forma simplificada, prevendo instalações em tubulação aparente com condutes, facilitando execução e manutenção. Foram definidos pontos de iluminação e tomadas de uso geral, atendendo às demandas do salão principal, arquibancadas e espaço de atividades.

A iluminação será realizada por luminárias LED de baixo consumo, incluindo balizadores no piso. Também foram previstos pontos externos no acesso e no deck, assegurando uso noturno e segurança, com distribuição compatível com a rede local e proteção adequada por disjuntores.

4. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA OBRA

A obra será realizada na Terra Indígena Parati Mirim, em área de logística restrita e de difícil acesso. O transporte de materiais e equipamentos poderá sofrer limitações em função das condições precárias das vias de acesso, devendo a contratada verificar previamente a viabilidade de entrega e estocagem, planejando a logística de suprimentos de modo a evitar atrasos no cronograma.

Além dos aspectos técnicos, é fundamental que todas as atividades de mobilização, execução e entrega sejam conduzidas com máxima atenção e respeito à comunidade local, em estreita articulação com o ICMBio. A contratada deverá adotar medidas de convivência harmônica, reduzindo impactos, ruídos e riscos, bem como mantendo constante diálogo com a gestão da Unidade de Conservação e com a comunidade indígena, de forma a assegurar a boa condução da obra e a preservação do ambiente cultural e social da aldeia.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação de:

- ❖ Registro regular da Empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a natureza dos serviços a serem executados;
- ❖ No mínimo 02 Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução prévia de



obras ou serviços similares em complexidade, características e relevância ao objeto deste Termo de Referência;

- ❖ Comprovação de equipe técnica habilitada, incluindo profissional(is) legalmente habilitado(s) que será(ão) responsável(is) pela execução do contrato, com a devida Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT);
- ❖ Currículo(s) e portfólio(s) dos profissionais indicados, evidenciando experiência em projetos e obras correlatas.

6. PRAZO

A empresa contratada deverá apresentar Cronograma Executivo contemplando todas as entregas dos produtos com os respectivos valores do orçamento. O prazo máximo para a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência não deve ultrapassar os 270 dias.

7. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas em conformidade com as especificações deste Termo de Referência, contemplando todos os itens necessários para a execução integral da obra. Cada empresa deverá submeter sua proposta de forma clara, organizada e detalhada, contendo obrigatoriamente o valor global dos serviços e o cronograma de execução físico-financeiro, estruturado em itens e etapas de acordo com a planilha de custos unitários.

O cronograma apresentado deverá estar em plena conformidade com o cronograma físico-financeiro e quantitativo do orçamento do projeto executivo existente, assegurando compatibilidade entre prazos, desembolsos e atividades previstas, de forma a permitir a adequada análise técnica e financeira das propostas.

8. CRONOGRAMA DE MEDIÇÕES

O cronograma de medições tem como finalidade organizar e disciplinar o fluxo de execução e pagamento da obra, assegurando que a contratada receba conforme a efetiva realização dos serviços e em etapas previamente definidas. As medições serão realizadas de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado, sendo que



cada etapa concluída servirá como referência para a liberação dos pagamentos correspondentes. Dessa forma, busca-se garantir o alinhamento entre o avanço físico da obra, o desembolso financeiro e a transparência no acompanhamento da execução contratual.

Etapa	Descrição	Valor do Pagamento em % do valor total da contratação	Dias estimados para pagamento após início do serviço
1	Entrega do cronograma revisado e mobilização	10%	30 dias
2	1ª medição conforme cronograma físico financeiro	Conforme medições	60 dias
3	2ª medição conforme cronograma físico financeiro	Conforme medições	90 dias
4	3ª medição conforme cronograma físico financeiro	Conforme medições	120 dias
5	4ª medição conforme cronograma físico financeiro	Conforme medições	150 dias
6	5ª medição conforme cronograma físico financeiro	Conforme medições	180 dias
7	6ª medição conforme cronograma físico financeiro e entrega da obra	Conforme medições	210 dias
8	7ª medição conforme cronograma físico financeiro e entrega da obra	Conforme medições	240 dias
9	8ª medição conforme cronograma físico financeiro e entrega da obra	Conforme medições	270 dias

9. FORMA DE PAGAMENTO

O Pagamento será efetuado após execução e aprovação do serviço, seguindo o cronograma de medições. O fornecedor deve enviar ao Funbio a Nota Fiscal para pagamento e o responsável deve proceder com o preenchimento do TRA no sistema Cérebro. Após aprovação do TRA, o pagamento será efetuado em até 10 dias úteis.

10. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A execução da obra deverá obedecer integralmente às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como às legislações e regulamentações aplicáveis em todas as esferas. Compete à empresa contratada providenciar, em tempo hábil, todas as licenças, autorizações e registros necessários



à execução dos serviços, arcando também com taxas, emolumentos e demais encargos junto aos órgãos competentes.

A contratada será responsável pela adoção de medidas preventivas de segurança e mitigação de impactos, bem como pela reparação imediata de quaisquer danos causados a terceiros em razão da atuação de seus empregados, equipamentos ou de eventuais subcontratados e fornecedores. Será obrigatória a emissão de ART/RRT em conformidade com as disposições do CREA/CAU aplicáveis.

11. SUPERVISÃO TÉCNICA

A fiscalização da execução da obra ficará a cargo da equipe do ICMBio, em conjunto com a arquiteta projetista responsável, que acompanhará os serviços realizados e validará as medições correspondentes. Após a validação técnica, a equipe do ICMBio deverá aprovar formalmente cada medição, de modo a possibilitar a continuidade dos trâmites administrativos e financeiros junto ao setor de contratos do FUNBIO, garantindo a conformidade das etapas executadas com o cronograma físico-financeiro aprovado.

Após a aprovação, a chefia da Unidade de Conservação será responsável pelo envio das medições aprovadas para a área de contratos do FUNBIO (contratos@funbio.org.br), autorizando o pagamento e copiando a Gerência do Projeto (apoioauc@funbio.org.br).

12. VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA

A localização da obra deve ser considerada aspecto fundamental, uma vez que está inserida em Terra Indígena Parati Mirim, com acesso precário e logística restrita. O transporte de materiais e equipamentos poderá enfrentar limitações, sendo indispensável o planejamento adequado para recebimento, armazenamento e manuseio, bem como atenção redobrada ao convívio com a comunidade local e ao respeito às orientações do ICMBio.

Dessa forma, considera-se obrigatória a realização de visita técnica pelas empresas interessadas em participar do certame, a fim de possibilitar esclarecimentos gerais e conhecimento direto do contexto da obra. Durante a visita, deverão ser observados com atenção o acesso, as condições logísticas, a interação com a comunidade, as áreas disponíveis para instalação e demais aspectos relevantes à execução dos serviços.



Todas as despesas e deslocamentos necessários à realização da visita técnica correrão por conta exclusiva das empresas participantes.

13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Faz parte do escopo de responsabilidade da empresa CONTRATADA para a execução da obra:

- Locação da obra em conformidade com o projeto arquitetônico de implantação;
- Deverá submeter à aprovação prévia da CONTRATANTE o projeto de implantação do canteiro das obras e serviços provisórios, contendo todas as informações necessárias para defini-las e precisá-las.
- Deverá projetar e fornecer os materiais e mão de obra para construir, operar e manter o canteiro de obras e de suas instalações provisórias e instalações necessárias ao perfeito desempenho das atividades nos serviços contratados.
- As madeiras e demais materiais deverão ser armazenados de forma a serem asseguradas suas características e condições de integridade, evitando alterações que comprometam sua utilização.
- Após a conclusão da obra, deverá retirar do local, às suas expensas, todo o pessoal, materiais, equipamentos e quaisquer sucatas e detritos provenientes da obra, deixando a área completamente limpa, de forma a restabelecer o bom aspecto local.
- Fornecer todos os materiais, incluindo os de consumo, requeridos pelas obras.
- A Fiscalização poderá solicitar comprovação da qualidade dos materiais empregados, tais como certificados de propriedades mecânicas.
- A contratada será responsável por elaborar e implementar um plano de gestão de resíduos da obra, contemplando segregação, acondicionamento, transporte e destinação final, em conformidade com as normas ambientais vigentes e as diretrizes da Unidade de Conservação.
- Concluídos os serviços, a CONTRATADA deverá providenciar a limpeza final pós-obra. A obra deverá ser entregue totalmente limpa e pronta para uso. Todo o entulho, sobras de materiais, instalações provisórias, ferramentas e equipamentos utilizados na obra deverão ser removidos para a entrega da obra.



14. TREINAMENTOS OBRIGATÓRIOS

A empresa contratada deverá realizar, antes do início das atividades e periodicamente durante a execução da obra, se necessário, os treinamentos obrigatórios de sua equipe, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e demais exigências legais.

São exigidos, no mínimo:

- I. **Integração e Segurança do Trabalho**, conforme NR 01 e NR 18, abrangendo orientações gerais de segurança, saúde e meio ambiente, com carga horária mínima de 6 horas.
- II. **Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)**, conforme NR 06, incluindo instruções sobre utilização, guarda e conservação dos equipamentos.
- III. **Prevenção e Combate a Incêndio**, conforme NR 23, contemplando noções de evacuação, uso de extintores e brigada de incêndio.
- IV. **Trabalho em Altura**, conforme NR 35, obrigatório para trabalhadores que executem atividades acima de 2,0 m, com carga horária mínima de 8 horas.
- V. **Gestão Ambiental e Resíduos Sólidos**, treinamento específico para segregação, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos da obra, em observância às normas ambientais vigentes e às diretrizes da Unidade de Conservação.
- VI. **Orientação Cultural e Comunitária**, treinamento de integração e sensibilização sobre respeito às tradições da comunidade indígena local e normas de convivência em território tradicional (obrigação contratual adicional).

A empresa contratada deverá manter registro documental de todos os treinamentos realizados (atas, listas de presença e certificados individuais), o qual será disponibilizado à eventual fiscalização sempre que solicitado.



15. GARANTIA

A empresa contratada deverá assegurar a garantia da obra civil, nos termos do artigo 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), respondendo, pelo prazo mínimo e irredutível de 5 (cinco) anos, contados da data de entrega e aceite definitivo da obra, pela solidez e segurança dos serviços executados, abrangendo tanto a execução quanto os materiais empregados.

O prazo legal de garantia não exclui nem substitui outras responsabilidades contratuais assumidas pela contratada, podendo o contratante estabelecer prazos adicionais para assistência técnica, manutenção e demais obrigações específicas relacionadas à adequada funcionalidade da obra.

16. ANEXOS

- Anexo I - Sondagem e levantamento topográfico
- Anexo II - Projeto Arquitetônico Detalhado
- Anexo III - Projeto Complementar Estrutural
- Anexo IV - Projeto Complementar Elétrico
- Anexo V - Orçamento Centro Cultural
- Anexo VI - Cronograma Físico Financeiro
- Anexo VII - Memorial descritivo - Centro cultural

Link de acesso aos anexos:

[Centro cultural Itaxim](#)